



VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S.A.

CNPJ/MF nº 10.656.452/0001-80 - NIRE 26.3.0003163.9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2025

**1. Data, Hora e Local:** Aos 23 (vinte e três) dias do mês de abril de 2025, às 09:30 horas, na sede social da Votorantim Cimentos N/NE S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, na Rua de São Jorge, nº 240 sala 301, bloco C -, Recife, CEP 50030-240. **2. Convocação:** Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme disposto no § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **4. Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Osvaldo Ayres Filho** e secretariados pelo Sr. **Pedro Cardoso Manduca Ferreira**, conforme disposto no § 2º do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia. **5. Ordem do Dia:** Composta a mesa, o Presidente declarou iniciados os trabalhos, e solicitou a leitura da Ordem do Dia a fim de examinar, discutir e votar sobre as seguintes propostas: **(i)** a redução nominal do capital social da Companhia e a consequente alteração do artigo 5º do seu Estatuto Social; **(ii)** a alteração dos artigos 9º, 11º e 12º, a exclusão do artigo 13º e consequente renumeração dos artigos seguintes do Estatuto Social; e **(iii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** Preliminarmente, os acionistas aprovaram a lavratura da ata desta assembleia geral em forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme dispõe o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. Após, instalada a assembleia, examinadas e discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia e seus respectivos documentos, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições e/ou ressalvas: **(i) Aprovar** a redução real do capital social da Companhia, no montante de R\$ 200.000.019,68 (duzentos milhões, dezenove reais e sessenta e oito centavos), por julgá-lo excessivo, com o cancelamento de 1.891.432 (um milhão, oitocentos e noventa e um mil, quatrocentos e trinta e dois) ações ordinárias e com restituição de forma desproporcional, exclusivamente à acionista Votorantim Cimentos S.A., mediante transferência financeira em moeda correte nacional, passando o capital social, com a conclusão da redução ora aprovada, de R\$ 403.087.041,18 (quatrocentos e três milhões, oitenta e sete mil e quarenta e um reais e dezoito centavos), dividido em 22.936.414 (vinte e dois milhões, novecentas e trinta e seis mil quatrocentas e quatorze) ações, sendo 17.294.725 (dezesete milhões, duzentas e noventa e quatro mil setecentas e vinte e cinco) ações ordinárias, 6.086 (seis mil e oitenta e seis) ações preferenciais da classe "A" e 5.635.603 (cinco milhões, seiscentas e trinta e cinco mil seiscentas e três) ações preferenciais da classe "B", todas nominativas, não escriturais e sem valor nominal **para** R\$ 203.087.021,50 (duzentos e três milhões, oitenta e sete mil e vinte e um reais e cinquenta centavos), dividido em 21.044.982 (vinte e um milhões, quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e dois) ações, sendo 15.403.293 (quinze milhões, quatrocentos e três mil, duzentos e noventa e três) ações ordinárias, 6.086 (seis mil e oitenta e seis) ações preferenciais da classe "A" e 5.635.603 (cinco milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e três) ações preferenciais da classe "B"; **(a)** Consignar que a administração da Companhia efetivará a transferência financeira em moeda corrente nacional em até 10 (dez) dias úteis a partir da data em que se der o decurso do prazo para a efetivação da redução do capital social, conforme previsto no Artigo 174 da Lei nº 6.404/76; **(b)** Consignar a anuência da acionista da Cimento Itáu do Paraná a respeito da redução de capital com a restituição de forma desproporcional à participação no capital social; **(c)** Decorrido o prazo previsto no artigo 174 da Lei nº 6.404/76 e concluída a redução do capital social ora aprovada, o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia vigorará com a seguinte redação: **"ART. 5º - O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 203.087.021,50 (duzentos e três milhões, oitenta e sete mil e vinte e um reais e cinquenta centavos), dividido 21.044.982 (vinte e um milhões, quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e dois) ações, sendo 15.403.293 (quinze milhões, quatrocentos e três mil, duzentos e noventa e três) ações ordinárias, 6.086 (seis mil e oitenta e seis) ações preferenciais da classe "A" e 5.635.603 (cinco milhões, seiscentas e trinta e cinco mil, seiscentos e três) ações preferenciais da classe "B", todas nominativas, não escriturais e sem valor nominal. (...)"** **(d)** Consigna-se, ainda, que não há Conselho Fiscal instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução ora aprovada, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, bem como que o capital social da Companhia está, nesta data, totalmente subscrito e integralizado; **(ii) Aprovar** a alteração dos artigos 9º, 11º e 12º, a exclusão do artigo 13º e consequente renumeração dos artigos seguintes do Estatuto Social para refletir as alterações implementadas diretamente no texto constante do "Anexo I" a esta ata, que passa a vigorar a partir desta data. **(iii) Aprovar** e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que integra a presente ata na forma de seu **"Anexo I"**. As acionistas **autorizam** a Diretoria da Companhia e seus procuradores devidamente nomeados, na forma de seu Estatuto Social, a tomar todas as providências cabíveis, bem como praticar todos os atos necessários para dar efeito à deliberação aprovada na presente data. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, a saber: Sr. **Osvaldo Ayres Filho** - Presidente da Mesa; Sr. **Pedro Cardoso Manduca Ferreira** - Secretário; **Acionistas:** Votorantim Cimentos S.A. e Cimento Itáu do Paraná Ltda. - por seus Diretores, Srs. Osvaldo Ayres Filho e Hugo Sogayar Armelin. *A presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio.* Recife/ PE, 23 de abril de 2025. **Pedro Cardoso Manduca Ferreira** - Secretário da mesa. **Anexo I** à Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Votorantim Cimentos N/NE S.A. realizada em 23 de abril de 2025 (09:30 horas) **Estatuto Social Consolidado da Votorantim Cimentos N/NE S.A. Capítulo I - Denominação, Tipo, Sede, Objeto e Prazo de Duração: Artigo 1º.** Votorantim Cimentos N/NE S.A. é uma Sociedade Anônima, constituída por subscrição particular, regida pelas normas legais que lhe forem aplicáveis e pelas disposições deste Estatuto, podendo utilizar abreviatura, sigla ou nome de fantasia apenas para fins publicitários ou de divulgação de bens ou serviços de sua produção. **Parágrafo único.** Para fins deste Estatuto, a denominação **"Votorantim Cimentos N/NE S.A."** e as palavras **"Sociedade"** ou **"Companhia"** se equivalem quando estas tiverem a inicial grafada em maiúscula. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sua sede, administração e foro na Cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, na Rua de São Jorge, nº 240, sala 301, Bloco C, Bairro do Recife, CEP 50030-240, podendo, por deliberação de seus administradores, abrir, transferir e extinguir filial, escritório, depósito ou outro estabelecimento em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto (i) a pesquisa mineral; (ii) as atividades de estudos geológicos e de prospecção; (iii) a extração de minerais não metálicos; (iv) as atividades de apoio à extração de minerais não metálicos; (v) a fabricação de produtos de minerais não metálicos; (vi) a extração e o britamento de pedra, areia, gesso, argila, calcário e outros materiais para construção e beneficiamento associado; (vii) a importação, a exportação, a fabricação de clínquer e cimento; (viii) o tratamento e disposição de resíduos perigosos e não perigosos; (ix) o beneficiamento de biomassa; (x) a geração e produção de energia elétrica; (xi) o comércio atacadista de cimento, argamassa e materiais de construção, fertilizantes, corretivo de solo, coque derivado de petróleo, escória de alto forno, bem como das matérias-primas e produtos derivados, afins e/ou correlatos; (xii) o coprocessamento; (xiii) o transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças; (xiv) serviços especializados para construção (concretagem de estruturas); (xv) a fabricação de concreto usinado e preparação de massa de concreto e argamassa para construção; (xvi) a participação em sociedades de participação, exceto holdings, não sendo vedada sua participação em outras sociedades como acionistas e/ou quotistas; (xvii) o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, podendo, para isso, mas não se limitando a prestação de serviços de consultoria para empresas que explorem o mesmo ramo de negócio, incluindo a análise o processamento de dados, a implementação e o controle de acesso a banco de dados e outras tecnologias; (xvii) a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes; (xviii) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (xix) a representação de outras sociedades; (xx) a prestação de serviços auxiliares ao comércio de bens e produtos, incluindo, mas não se limitando à aquisição de itens e produtos relacionados, direta e/ou indiretamente, a consecução das atividades acima descritas; e (xxi) o comércio varejista de cimento, cal, argamassa, gesso e das respectivas matérias-primas e/ou produtos derivados, afins e/ou correlatos, fertilizantes e corretivos de solo, artefatos de cimento e/ou seus derivados, afins e/ou correlatos. **Parágrafo único.** A Companhia é autorizada a funcionar como empresa de mineração pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), consoante Decreto nº 15.113, de 22 de março de 1944. **Artigo 4º.** É indeterminado o prazo de duração da Sociedade. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º.** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 203.087.021,50 (duzentos e três milhões, oitenta e sete mil e vinte e um reais e cinquenta centavos), dividido 21.044.982 (vinte e um milhões, quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e dois) ações, sendo 15.403.293 (quinze milhões, quatrocentos e três mil, duzentos e noventa e três) ações ordinárias, 6.086 (seis mil e oitenta e seis) ações preferenciais da classe "A" e 5.635.603 (cinco milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e três) ações preferenciais da classe "B", todas nominativas, não escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** As ações preferenciais da classe "B", comportarão integralização, entre outros, por recursos oriundos de incentivos fiscais do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR. **Parágrafo 3º.** Dependerá de prévia deliberação da Assembleia Geral a subscrição de ações para integralização através de bem ou direito que não moeda nacional. **Parágrafo 4º.** Sendo nominativas as ações representativas da capital social, sua titularidade se presume pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, facultado a Sociedade a emissão de títulos múltiplos de ações ou cautelas provisórias, cujo desdobramento, ressalvado o disposto no parágrafo subsequente, ficará a critério do acionista interessado mediante o pagamento de preço não superior ao custo, os quais serão assinados por dois diretores da Companhia, observando-se, facultativamente, as normas legais que regem a utilização de chancela mecânica. **Parágrafo 5º.** Será facultado sem ônus ao Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR o desdobramento, em qualquer época, de cautelas provisórias ou de certificados de ações e a conversão daquelas nestes. **Parágrafo 6º.** Respeitadas as exceções previstas em lei, as ações preferenciais da classe "B", quando subscritas com recursos oriundos de incentivos fiscais do Fundo de Investimentos

do Nordeste - FINOR, permanecerão obrigatoriamente intransferíveis até a data de emissão do certificado de implantação do projeto pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. **Parágrafo 7º.** A integralização das ações preferenciais da classe "B", quando subscritas pelo Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, efetuar-se-á mediante o depósito da quantia correspondente em conta vinculada no Banco do Nordeste do Brasil S.A., em nome da Companhia, procedendo-se à respectiva liberação após a apresentação do comprovante de arquivamento, no Registro Público de Empresas Mercantis, e publicação, na forma da lei, da ata que deliberar sobre a correspondente subscrição. **Parágrafo 8º.** Observado o disposto no art. 171 da Lei nº 6.404/76, os acionistas terão preferência para a subscrição proporcional das novas ações, emitidas para aumento do capital social, estando de logo excluído o direito de preferência para subscrição de ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais. **Parágrafo 9º.** Por edital regularmente publicado ou, quando possível, por meio válido de comprovada comunicação pessoal, os acionistas serão convocados para exercício do direito de preferência previsto no parágrafo antecedente no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, podendo esse direito ser exercido através de carta, fac-símile ou e-mail, oportuna e comprovadamente recebido pela administração da Sociedade, ou por assinatura em boletim de subscrição. **Parágrafo 10º.** A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 11º.** De modo geral, e independentemente de classe, as ações preferenciais, que não conferem direito a voto na Assembleia Geral, gozarão de prioridade no reembolso do capital. **Parágrafo 12º.** Especificamente, e além de prioridade no reembolso do capital, as ações preferenciais da classe "B" gozarão de participação integral nos resultados da Sociedade, de modo que a nenhuma outra espécie ou classe de ações serão atribuídas vantagens patrimoniais superiores, e terão prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor representativo dessas ações, não inferior ao dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, reconhecendo-se aos respectivos titulares o direito previsto no art. 203 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. **Parágrafo 13º.** A Sociedade não poderá emitir ações de gozo ou fruição, bônus de subscrição ou partes beneficiárias. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, a cada ano, em qualquer dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que exigida pelos interesses sociais. **Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, observada a forma prevista na lei. **Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo diretor presidente, ou, na sua ausência ou impedimento, por acionista eleito ou aclamado na ocasião, que convidará outro acionista ou um administrador da Sociedade para secretariar os trabalhos, complementando a composição da mesa dirigente da reunião. **Artigo 7º.** Será admitido o voto de acionista titular de ação que lhe confira esse direito e cujo nome tenha sido devidamente inscrito no livro de registro respectivo até 5 (cinco) dias antes da realização da Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** Durante os 5 (cinco) dias que antecederem a reunião da Assembleia Geral ficarão suspensos os serviços de transferência e desdobramento de certificados de ações, títulos múltiplos e cautelas. **Parágrafo 2º.** Observados os dispositivos legais pertinentes, o procurador com poderes especiais outorgados há menos de um ano poderá representar o acionista na Assembleia Geral, desde que, ainda, a procuração seja depositada na sede da Companhia até o início da reunião. **Artigo 8º.** Será indispensável a aprovação de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto para a deliberação válida e eficaz da Assembleia Geral que implique reforma deste Estatuto ou para qualquer das matérias especificamente previstas no art. 136 da Lei nº 6.404/76. **Capítulo IV - Administração: Artigo 9º.** A administração da Companhia compete à Diretoria, que será composta por, no mínimo, 3 (três) diretores e, no máximo, 6 (seis) diretores, sendo um designado Diretor Presidente, outro como Diretor Vice-Presidente e os demais, como Diretor sem designação específica. **Parágrafo 1º.** Não será exigido qualquer tipo de garantia para assegurar o exercício do cargo de administrador da Sociedade. **Parágrafo 2º.** Observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 152 da Lei nº 6.404/76, os administradores farão jus a participação nos lucros do exercício social. **Parágrafo 3º.** Além das atribuições conferidas por lei ou por este Estatuto aos diretores em geral, compete especialmente ao diretor presidente: **a)** convocar a Assembleia Geral e as reuniões de Diretoria, designando dia e hora para sua realização, e presidi-la; **b)** responder pelo cumprimento de deliberação da Assembleia Geral destinada à observância da Diretoria em geral; **c)** dirimir conflito de atribuições entre diretores. **Parágrafo 4º.** Na ausência ou impedimento do Diretor Presidente, o Diretor Vice-Presidente o substituirá no desempenho de suas atribuições especiais. **Parágrafo 6º.** Havendo necessidade imperiosa de desempenho de atribuição especial do diretor presidente, coincidente com ausência ou impedimento simultâneos seu e do diretor vice-presidente, essa atribuição será desempenhada pelo mais idoso dos demais diretores, até o retorno de qualquer deles ao pleno exercício do respectivo cargo. **Parágrafo 7º.** Funcionando em sua composição plena, não demandará substituição a vacância de até 3 (três) cargos da Diretoria, mas a simultânea vacância, a partir do 4º (quarto) cargo, implicará a necessidade de imediato preenchimento dos cargos vagos a partir do terceiro, por deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 8º.** Obrigatoriamente, pelo menos 51% (cinquenta e um por centos) do capital da Sociedade pertencerá sempre a pessoas de nacionalidade brasileira; **Parágrafo 9º.** Além de requisito de residência permanente no país, os membros dos órgãos de administração serão, em sua maioria, brasileiros natos, sendo-lhes assegurados poderes predominantes; **Parágrafo 10º.** O quadro de pessoal da Sociedade será sempre constituído de, pelo menos, 2/3 (dois terços) de trabalhadores de nacionalidade brasileira. **Artigo 10º.** O prazo de gestão dos diretores será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, devendo os eleitos permanecerem em seus cargos e seu mandato se estender até a investidura de seus substitutos. **Artigo 11º.** A representação da Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive na assinatura de documentos que importem em responsabilidade para esta, deverá ser realizada sempre por 2 (dois) Diretores Estatutários em conjunto, ou um Diretor Estatutário em conjunto com 1 (um) dos procuradores constituídos na forma do Parágrafo 1º deste Artigo 11º, ou por 2 (dois) procuradores constituídos na forma do Parágrafo 1º deste Artigo 11º. **Parágrafo 1º.** Salvo quando pela essência do ato for obrigatória a forma pública, os mandatários serão constituídos por procuração sob a forma de instrumento particular, devendo a mesma ser assinada por 2 (dois) Diretores Estatutários, no qual serão especificados os poderes outorgados, limitando o prazo de validade das procurações a 18 (dezoito) meses, contado da data em que for outorgada a procuração, exceto pelas procurações *"ad judicium"* e *"et extra"*, para atuação em processos judiciais e administrativos, que poderá ser outorgadas com prazo de validade indeterminado. **Parágrafo 2º.** Pode, ainda, a Companhia ser representada por um único Diretor Estatutário ou procurador nas seguintes situações: **a)** em atos decorrentes do exercício de poderes constantes de procuração *"ad judicium"* e *"et extra"*; **b)** perante a esfera extrajudicial, perante qualquer órgão, entidade ou repartição pública federal, estadual, municipal, autárquica ou paraestatal, bem como perante empresa concessionária de serviço público, podendo formular requerimento, apresentar e retirar documento, acompanhar e receber vista de processo administrativo, tomar ciência de despacho ou decisão, satisfazer exigência, oferecer impugnação e recorrer; **c)** na assinatura dos documentos necessários para admissão e/ou demissão de empregados, tais como contratos de trabalho, aditamentos, termos de prorrogação e/ou termos de rescisão e acordos de compensação; **d)** quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos à Companhia, emitir e negociar, inclusive endossar e descontar, duplicatas relativas às suas vendas ou serviços, bem como nos casos de correspondências que não criem obrigações para a Companhia. **Parágrafo 3º.** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia poderão ser emitidos por meio eletrônico. **Artigo 12º.** Os diretores, atuando em conjunto de dois, têm poderes para a prática de todos os demais atos de gestão da Sociedade, respeitadas as alçadas definidas por seu acionista controlador. **Parágrafo 1º.** As atribuições previstas neste artigo também poderão ser desempenhadas por um diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores, desde que credenciados com a observância do disposto no Parágrafo 1º do Artigo 11º. **Artigo 13º.** Não prevalecerá contra a Sociedade documento por ela assinado em desacordo com as regras de sua representação previstas neste Estatuto. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 14º.** A Sociedade tem Conselho Fiscal que, entretanto, não funcionará em caráter permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, cujo funcionamento dar-se-á apenas nos exercícios sociais em que for instalado, observando-se as hipóteses previstas em lei, devendo a eleição de seus membros e respectivos suplentes e a fixação de sua remuneração ocorrer na Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo VI - Exercício Social, Reservas e Dividendos: Artigo 15º.** O exercício social compreende o período de 1º (primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, data esta em que serão levantados o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício. **Parágrafo único.** A Sociedade poderá levantar balanços em qualquer mês do exercício social, e, com base nos resultados verificados, optar, por deliberação da Diretoria, ad referendum da Assembleia Geral, pela distribuição de dividendo e/ou pela retenção do lucro líquido apurado nesse balanço, respeitadas as previsões legais e estatutárias. **Artigo 16º.** O lucro líquido do exercício terá a seguinte ordem de destinação: **(i)** 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; **(ii)** 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados aos acionistas a título de dividendo, observadas, quando for o caso, as vantagens legais e estatutárias atribuídas às ações preferenciais; **(iii)** da parcela remanescente do lucro líquido, se não se optar pela permanência do saldo à disposição da Assembleia Geral, poderão ser constituídas outras reservas de lucros na forma do artigo 194 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 17º.** Os dividendos não reclamados no prazo legal passarão a integrar o fundo de reserva livre, cuja destinação ficará a cargo da Assembleia Geral. **Capítulo VII - Dissolução e Liquidação: Artigo 18º.** A Sociedade será dissolvida nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, podendo os acionistas pedir, nas condições previstas em lei, o funcionamento do Conselho Fiscal.



## Publicidade Legal - 1º de maio de 2025 - VOTORANTIM CIMENTOS N N E S A - Ata AGE pdf

Código do documento 02de2fd8-7261-4b97-9ebd-5a4723442a9e



### Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100  
Certificado Digital  
brunolins@folhape.com.br  
Assinou

### Eventos do documento

#### 30 Apr 2025, 23:30:34

Documento 02de2fd8-7261-4b97-9ebd-5a4723442a9e **criado** por BRUNO DE CARVALHO CARNEIRO LINS (8bc053f0-b4c9-406d-bb73-21c069e11d06). Email: brunolins@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-04-30T23:30:34-03:00

#### 30 Apr 2025, 23:31:43

Assinaturas **iniciadas** por BRUNO DE CARVALHO CARNEIRO LINS (8bc053f0-b4c9-406d-bb73-21c069e11d06). Email: brunolins@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-04-30T23:31:43-03:00

#### 30 Apr 2025, 23:32:09

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: brunolins@folhape.com.br. IP: 179.181.101.18 (179.181.101.18 porta: 55856). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=AC SyngularID Multipla, OU=45616309000149, OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE\_ATOM: 2025-04-30T23:32:09-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):fd4d2071f214bcfb70dd97d34fecc33b77dd29d8870698fc3725d819c92a5679  
(SHA512):a7ca8bd6812f6676d828057ca646c12dacc4f52b02868d675ac30850c0866615a3e1954254e1566abdc90840c4151cc4abc74b0f57f8e05bdd14c69cfcb34365

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.